

Entre autorias angustiadas e influências (des)autorizantes

Rafael Alves Lima

Resenha de Wilson Franco, *Autorização e Angústia de Influência em Winnicott*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, 152 p.

O que teria um não winnicotiano a dizer sobre *Autorização e angústia de influência em Winnicott*, título do recém-lançado livro de Wilson Franco? Bem, só posso responder que é possível se reconhecer nele. Trata-se de uma pergunta um tanto extravagante – e resposta também – para se iniciar uma resenha, mas não há como não convocar a primeira pessoa quando se é provocado prontamente nas primeiras páginas pela seguinte afirmação: “a maioria dos psicanalistas lê majoritariamente trabalhos de uma determinada ‘inclinação’: ou lê textos ‘lacanianos’ ou ‘winnicottianos’ e por aí vai” (p. 36). É bem verdade que, em psicanálise, os escritos têm sobrenomes, geralmente acompanhados dos seus respectivos *anos*. Como então convidar à leitura do livro declinando o convite à inclinação diante do sobrenome que o título aponta – e a que(m) ele possivelmente aspira? Ou mais – e já entrando

Rafael Alves Lima é psicanalista e professor universitário; graduado em Psicologia pelo IPUSP; mestre em Psicologia Clínica pelo IPUSP; membro do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP (LATESFIP/USP) e da Rede Clínica do Laboratório Jacques Lacan (IPUSP); membro do Margens Clínicas, que oferece atendimento psicanalítico a vítimas de violência policial; autor do livro *Por uma historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método* (São Paulo: Via Lettera, no prelo) e organizador da série “Clinicidade: a psicanálise entre gerações” (Curitiba: Juruá, no prelo).

no texto: não seria o próprio ato de se inclinar uma questão fundamental em psicanálise?

Se o leitor estiver à procura de uma inclinação para chamar de sua, cabe uma primeira advertência: *Autorização e angústia de influência em Winnicott* não é um livro winnicottiano. Diria que este livro não é sobre Winnicott, mas ele o é por meio de Winnicott. Compreende-se por livro sobre Winnicott aquele que se inscreve na tradição do comentário: voltado à determinação exegética de interpretação, destinada a definições de conceitos de acordo com a regularidade de suas aparições e a proposição de cruzamentos entre eles na obra. Ou seja, o comentário sobre o texto é aquele que problematiza o alcance e a extensão de conceitos (por exemplo, o objeto transicional, o espaço potencial e outros) em um esforço de elucidação, agrupando-os e ordenando-os.

Nessa linhagem, há tantos bons livros dedicados a constituir mapas de conceitos em disposições apostilares de referências – e é a eles que se deve recorrer quando é isso o que se quer.

Já aquilo que pode ser chamado de texto produzido *por meio* do autor deve dispor de uma abordagem distinta de interpretação da obra que não a de *se inclinar sobre* o autor desde o conceito enquanto matéria bruta. No caso de *Autorização e angústia de influência em Winnicott*, isso se dá precisamente porque toda a tese é desenvolvida desde o dado primário de que *autorização e angústia de influência* não são, de antemão, conceitos winnicottianos.

Recusar-se a se recolher na costureira economia interna dos conceitos, uma vez posta a questão seminal “por que Winnicott escrevia como escrevia?” (p. 34), abre a perspectiva para a apreensão da obra de um autor *por meio* de suas influências, diretas ou indiretas, assumidas ou recusadas. Essa perspectiva, em minha leitura, pode ser condensada na preposição *em* do título – localizada não por acaso entre os dois temas e o nome do autor Winnicott. *Em* Winnicott indica não um lugar (dentro da obra), mas uma situação (desde a obra) – logo, trata-se

menos de um destino (rumo à obra) do que de um motivo apropriado (por causa da obra).

O objetivo do livro é compreender como Winnicott pleiteou posição de enunciador no campo psicanalítico, como seus textos se instalam e circulam nesse campo e as condições de sua recepção. Para tal, Wilson Franco mobiliza três definições operacionais. Primeiramente, a de autor, “o organizador sempre provisório para o conjunto de influências e determinações a partir das quais um texto encontra pertinência dentro de uma disciplina discursiva específica” (p. 38). Inspirado em Foucault, ele propõe que o autor seja não apenas aquele que assina o texto; para além da concretude material de quem escreve, o autor é uma espécie de reservatório discursivo, responsabilizado ao mesmo tempo pelos efeitos que gera no discurso que o contempla, no mesmo movimento em que reivindica ser nele contemplado. Contígua à definição de autor, a de obra aparece como “uma organização ficcional da imaginária superfície plena constituída por um autor” (p. 38). Sublinha-se, assim, o caráter provisório da integralidade de uma obra, esvaziada de intencionalidade e disjunta até mesmo da agenda programática do autor. Sujeita às vicissitudes da história – reveladora do texto rejeitado, do documento extraviado, da carta roubada –, a obra deixa de ser a mera soma das partes escritas e assinadas para ser a fábula do todo. Logo, sendo o autor, o organizador e a obra, a organização, Franco oferece as definições de influência e de angústia de influência:

A influência diz respeito à forma como o campo de destinação do texto age sobre o autor na configuração do texto como afirmação; angústia de influência, por sua vez, diz respeito a duas coisas: por um lado representa a relação do autor com o campo em que se inscreve e, por outro, é a concretização no texto das construções do autor em face da destinação que deseja para seu texto. (p. 48)

Ora, só será possível comentar tal noção de influência ao lado do tema da criação que é especialmente caro a Winnicott. Um dos maiores méritos de *Autorização e angústia de influência em*

Winnicott é confrontar influência com criação a partir da avaliação rigorosa de uma declaração emblemática do psicanalista inglês:

o que ocorre é que eu junto isso e aquilo, aqui e ali, volto-me para a experiência clínica, formo minhas próprias teorias e então, em último lugar, passo a ter interesse em descobrir de onde roubei o quê. Talvez esse seja um método tão bom quanto qualquer outro¹.

De certo modo, a tese de Franco orbita em torno de possibilidades de exame dessa afirmação de Winnicott – sem, contudo, ficar estacionada nela. Franco nos lembra de estarmos sempre advertidos, como estava o próprio Winnicott, de que o autor não deve ser considerado por petição de princípio o melhor árbitro de “sua” obra. Assim sendo, da confrontação entre o metabolismo psíquico da criação e a angústia da influência, ele advoga que o psicanalista inglês *precisou* não prestar contas para escrever e pensar, ou seja, *precisou* não seguir o tradicional referencialismo psicanalítico de prestar contas ao pai credor para escrever e pensar. Não será por outro motivo que Winnicott, em meio às Grandes Controvérsias na Sociedade Britânica de Psicanálise que dividiu kleinianos e annafreudianos em Londres entre o fim dos anos 1930 e meados dos anos 1940, assume uma posição independente no chamado *Middlegroup*.

Nem mesmo o verbo *roubei* em primeira pessoa do parágrafo emblemático passa desapercibido: Franco dedica seu segundo capítulo a um exame crítico da moeda psicanalítica à luz das ideias de filiação e de dívida para com o pai da psicanálise. Essa rica análise, por sua vez, traz à tona o tema da paternidade em Winnicott a ser abordado ao longo dos capítulos três e quatro. Nesses capítulos, o curso de administração das influências no processo criativo é trabalhado junto à perspectiva winnicottiana do *uso de objeto*, capaz de imbricar “a tradição na criação, e a criação na tradição” (p. 92). A rede de sustentação e de garantias de que o psicanalista inglês seria lido e escutado pelo campo psicanalítico passava por uma complexa mediação no itinerário da autorização

rumo à autoria, na qual “a influência obstrui, mas também impulsiona; angustia, mas também instiga; desafia, mas também acolhe” (p. 94).

O livro avança do quarto para o quinto capítulo no sentido de contemplar o expediente conceitual da transicionalidade, ou ainda, das zonas intermediárias ou potenciais. O autor destaca o papel central do paradoxo para a constituição da experiência intelectual de Winnicott – um notável crítico das polarizações, oposições e dicotomias insustentáveis e um entusiasta da dimensão intersubjetiva e compartilhada da experiência –; seria possível explicar, segundo uma mesma lógica, por que “a angústia de influência não precisa ser entendida como algo que ou esmaga ou é esmagado pelo autor em processo de autorização: há espaços intermediários e cruzamentos paradoxais entre os opostos” (p. 100). Trata-se de um momento-chave da premissa de Franco, porque nela se faz notar com precisão como se retroalimentam mutuamente transicionalidade e angústia de influência: ambos não dissolvem o paradoxo, mas sim se sustentam nele.

Já do quinto até o fim do sexto capítulo, Franco não se priva de arriscar cruzamentos biográficos para propor uma ancoragem protestante do pensamento winnicottiano. Um inusitado Max Weber de *A ética protestante e do espírito do capitalismo* comparece então para que Franco ressalte as intencionalidades da obra winnicottiana, instalando um legado tardiamente admitido como tal, ao mesmo tempo retórico, ético e político. Ele afirma que

a dimensão defensiva do estilo winnicottiano levou-o a *criar um novo mundo para morar*: o mesmo Winnicott que tinha dificuldade para se deter no texto freudiano, que recusava o formalismo, que não conseguia fazer referências explícitas às influências em seu pensamento favoreceu a criação de uma forma de circulação em psicanálise em que as filiações perdem sua ascendência autoritária, em que as separações entre os edifícios metapsicológicos são desconstruídas com uma pitada de paradoxalidade e surrealismo. (p. 138)

É desse modo que Winnicott se revela pensador autêntico, clínico genuíno e agente de um regime de verdade em psicanálise. Nesse sentido, *Autorização e angústia de influência em Winnicott* é livro obrigatório a todos os que, respeitadas as afinidades plausíveis com o autor, não se inclinam à obediência doutrinária, fiel e irrestrita a ele, mas sim que problematizam, interpelam e questionam de onde *nascem* as ideias de seus referentes. Trata-se de uma verdadeira lição de método a ser lida e relida a cada momento em que o analista se sentir colado imaginariamente com o *seu* autor. Se no início aponte para uma tendência geral a *uma inclinação para chamar de sua* desde os anos (lacanianos, winnicottianos), acrescentaria ainda que, como resultado geral, o livro cumpre também a função de questionar o *ês* e o *ismo*. Sabe-se o quão deletéria e insalubre é a monolíngua empenhada pelos fiéis seguidores de autores canônicos²: quem fala winnicottês não entende o lacanês, quem está excessivamente comprometido com o *kleinismo* não pode acompanhar o desenvolvimento do *bionismo* etc. Ora, nessa visão, tanto o *ês* quanto o *ismo* incitam o tamponamento da angústia – que, como vimos, promove igualmente, e paradoxalmente, criação.

Temos, ao fim, uma conclusão repleta de inquietações: não seria o esforço de tornar fechado um sistema de pensamento um esforço de constrição da potencialidade de um pensamento? Não seriam justamente esses, os sintomas afásicos e anacrônicos, dos quais os analistas se servem confortavelmente para evitar conflitos, em meio aos entulhos da arruinada “era das escolas”³?

1 D.W. Winnicott, “Desenvolvimento Emocional Primitivo”, in *Da pediatria à psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 2000, p. 248.

2 A expressão “autor canônico” é do próprio Wilson Franco. Cf. também W.A.C. Franco e L.C. Figueiredo, “A influência dos autores canônicos na autorização do psicanalista”, *Psicologia USP*, v. 24, n. 3, São Paulo, 2013.

3 A respeito da extinção da “era das escolas”, Figueiredo afirma: “cultivar o *psicanalítico* não se confunde com a prática de uma linguagem, de um dialeto, menos ainda, com a adesão a um sistema doutrinário. Trata-se de acolher o desproporcional, o atemporal, o irredutível, o trágico e o *paradoxal* como aspecto decisivo dos nossos objetos, para assim pensá-los e elaborá-los. Deste modo, o caráter paradoxal dos objetos se transfere para nossas teorias e para nossas práticas” (L.C. Figueiredo, *As diversas faces do cuidar*, São Paulo, Escuta, 2009, p. 18).

O Winnicott que Franco oferta é justamente aquele que, em seu propósito descontinuísta, “sobreviveu a isso tudo, associado a um pouco de bom-senso e uma ou outra teorização oportuna” (p. 26). Dessa forma, *Autorização e angústia de influência em Winnicott* revela a força criativa desse grande autor em um tempo e em um lugar no qual os interesses institucionais para retirá-lo ou da história que lhe dá ensejo, ou da experiência analítica que o fomenta, ou do solo discursivo que o torna possível, estão fadados a mais um fracasso.

Talvez o único ponto não declarado do livro, ao menos em minha leitura, é um possível segundo eixo metodológico do livro. Sendo o centro o próprio Winnicott, chamo de primeiro eixo metodológico a mais profícua tradição da história da psicanálise: é devidamente declarada no livro a recorrência a Henri Ellenberger, Eli Zaretsky, Phyllis Grosskurth e ao notável John Forrester – grande historiador da psicanálise de língua inglesa, inexplicavelmente pouco traduzido e usado como objeto em terras tupiniquins –, que não só dão o tom das teses presentes no livro, mas que atravessam-nas ao longo do texto. O segundo eixo metodológico, no meu modo de lê-lo, seria a desconstrução de Derrida. Dada a presença de *Mal de arquivo* nas citações, é interessante acompanhar nas entrelinhas do

texto o quanto Franco leu o pensador francês e se permitiu ser influenciado (com ou sem angústia) por ele.

Graças a uma profunda reverência à tensão entre *texto* e *contexto*, foi possível assumir uma condição hermenêutica clara, lá onde Franco afirma logo no início que não se sentia pessoalmente impelido a destruir ou idealizar Winnicott. Com isso, ele designa o regime no qual a tarefa da interpretação é sobretudo ética e política em relação ao texto. No entanto, também eu não saberia decifrar se é o caso de o próprio texto declarar esse cruzamento metodológico que lhe subjaz. Ora, nada mais inadequado do que esperar que o texto declare sua autocompletude lá onde ele sublinha a impossibilidade desta. Por isso mesmo, não parece razoável demandar do autor que declare o indeclarável, ou que se revele desconstrucionista sem sê-lo. Ao fim, fica o desafio: “O leitor que fecha o livro”. Que o fechemos nós leitores, buscando problematizar a autorização e a angústia de influência em Lacan, Klein, Bion e em todo autor, canônico ou não, que se preze. Que o fechemos, nós leitores, buscando os rastros da experiência intelectual de Wilson Franco neste e nos próximos livros que seguramente virão deste que já é um dos mais perspicazes autores da geração de psicanalistas à qual eu pertença.